

ATA DA XXVI REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XXVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. 1. Aprovação da Ata da XXV Plenária e da Pauta – 9h; 2. Saudação da Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 09h15; 3. Balanço da 4ª Conferência e da Atuação do Consea em 2011 – 9h30; 9h30 – Relato das CPs; 11h – Debate e Encaminhamentos; Intervalo – Almoço – 12h30 as 14h; 4. Apresentação do novo texto da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – Patrícia Jaime – Ministério da Saúde – 14h; 5. Pronunciamento do Conselheiro Malaquias Batista Filho – 14h30; 6. Rio + 20 – 14h45 14h45 – Cláudia Maciel – Ministério das Relações Exteriores, 15h – Roberto Ricardo Vizentin – Ministério do Meio Ambiente, 15h15 Márcia Muchagata – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 15h30 Aloísio Melo – Ministério da Fazenda, 15h45 às 16h – Debate e Encaminhamentos; 7. Relato da Comissão de Transição do Mandato do Consea – 16h; 8. Encerramento – 17h30. Composição da 1ª Mesa: Maluf, Presidente do Consea Nacional; Michele Lessa, Coordenadora do Consea Nacional; Ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Embaixador brasileiro, na Bolívia, Marcelo Biato. Começo dos trabalhos: 1. Aprovação da Ata da XXV Plenária e da Pauta – 9h, Renato Maluf, Presidente do Consea Nacional deu por aberta a Sessão, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Falou da importância desta Plenária, pois esta é a última Plenária do ano e da atual composição. Agradeceu a presença da Delegação da Bolívia nesta Plenária, e da Empresa Brasileira de Comunicação, pela transmissão ao vivo dos trabalhos hora realizados. Em seguida, colocou a ata da XXV Plenária em análise, a qual foi aprovada por unanimidade, considerando possíveis acréscimos que poderão ser enviados a posteriori. A pauta desta Plenária foi aprovada, com possíveis inversões. Em seguida, foi feita a Saudação da Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade de participar desta Plenária. Informou que imediatamente após sua fala se retiraria da reunião para participar do lançamento do ‘Plano Brasil Sem Craque, Brasil Sem Drogas’, do qual o MDS participou ativamente na construção. Falou que tanto no MDS quanto na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional foi feita a avaliação da IV Conferência, considerada um espetáculo e uma demonstração do fortalecimento crescente da participação e diálogo com a sociedade civil e Governo, em todos os níveis; e mostrou o crescimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nos vários setores envolvidos. A Ministra parabenizou o Consea pela realização daquele evento. Considerou 2011 um ano especial para todos que trabalham com a Política de SAN, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil. Neste ano, conforme dito pela Ministra, foi aprovado o Plano de SAN e outras diversas conquistas, como o empenho de 100% do Programa de Aquisição de Alimentos e o lançamento do Brasil Sem Miséria. Reconheceu e parabenizou o Consea pelos trabalhos realizados nos últimos dois anos de seu mandato. Demonstrou o desejo de continuar trabalhando junto

ao Consea, e aprofundar sempre o diálogo com o Conselho. Em seguida, Vitor Hugo Vasquez, Vice-Ministro do Desenvolvimento Rural da Bolívia, se pronunciou, fazendo uma explanação das experiências na área da segurança alimentar em seu país. A Ministra Tereza Campello, mais uma vez agradeceu os trabalhos realizados pelo Consea, e se retirou da reunião para cumprimento de outra agenda de trabalho. A Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Maya Takagi, passou a compor a Mesa. E seguida foi tratado o Item de pauta 3. Balanço da 4ª Conferência e da Atuação do Consea em 2011 – 9h30, 9h30 – Relato das CPs, com a apresentação dos relatos das Comissões: 1) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Maria Emília Pacheco começou sua fala apresentando o balanço da IV Conferência, considerando como pontos positivos do evento: i) A participação de representantes internacionais; ii) A presença de José Graziano da Silva - Diretor da FAO, e de Josette Sheeran - Diretora Executiva do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas; iii) O envolvimento de diversos parceiros na preparação e realização da Conferência, com destaque para o Governo da Bahia; iv) Os conteúdos políticos vindos das Conferências Estaduais e encontros temáticos; v) O tema do desenvolvimento urbano e Segurança Alimentar; vi) A recorrência vinda dos Estados e encontros temáticos para valorização de programas considerados estruturantes como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar; vii) A metodologia da Conferência, embora com necessidade de aperfeiçoamentos; viii) A realização dos encontros temáticos e a preparação da delegação indígena; ix) Momentos de confraternização acontecidos durante e no final dos trabalhos. Como aspectos negativos, a Conselheira destacou: i) A Conferência foi mais despolitizada do que a anterior; ii) Falta do confronto de idéias; iii) A ausência da Presidenta da República; iv) Faltou aprofundar aspectos da metodologia; v) As sub-plenárias realizadas não foram socializadas nos debates e nem nas conclusões da Conferência; vi) Dificuldades de lidar com o Sistema Datasus; vii) Infraestrutura e logística; viii) O local não produziu a integração esperada, inclusive foi identificado um certo abandono do Centro de Convenções da Bahia. Como proposta, a CP2 sugeriu: i) Melhor articulação com as redes sociais de comunicação; ii) Aperfeiçoamento da metodologia e criação de espaços mais livres de manifestações; iii) A realização de outros encontros temáticos; iv) Aperfeiçoamento do processo de escolha dos Delegados Estaduais. Sem seguida, a Conselheira passou imediatamente a apresentar o balanço dos trabalhos realizados no último mandato do Consea. Os pontos positivos levantados foram: i) Elaboração de Exposições de Motivos; ii) As Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho como espaços importantes de debate; Como aspectos negativos, a Conselheira destacou: i) A preocupação de que o CONSEA esteja perdendo a sua capacidade de intervenção Política; ii) Receio de que o Consea se torne um Conselho a serviço do Governo. Como propostas, a CP2 apresentou: i) A necessidade de o Consea ter eixos e temas políticos claros; ii) Transformar a Plenária em uma espécie de conferência de debates; iii) Manter vivo o debate sobre o direito a terra, reforma agrária, direitos territoriais, monitorando esses processos, e analisando o impacto que tem havido da violência contra esses povos; iv) Outro tema relevante é o tema do direito dos agricultores, povos e comunidades tradicionais ao uso livre da biodiversidade; v) A continuidade do monitoramento sobre o impacto dos agrotóxicos e liberação dos transgênicos. Sobre esses temas, inovar os métodos de trabalhos do Consea, realizando mesas de controvérsias, convidando representantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) ou cientistas independentes ou representantes de movimentos sociais. E sobre esse tema especificamente, fazer uma interação com a Frente

Parlamentar de Segurança Alimentar. vi) Estreitar a interação do Consea com os consumidores, elegendo o Codex Alimentarius como um dos temas prioritários, e convidando o Instituto de Defesa do Consumidor ou outras organizações do campo do consumo para debater o tema no Consea; vii) Analisar a cooperação do Brasil com outros países; iv) O Consea combinar o debate na Plenária a partir de eixos estratégico, e monitorar programas e políticas; v) O Consea clarear o entendimento das propostas contidas no Plano Nacional de Segurança Alimentar à luz da macro Política; vi) Tratar sobre qual é o papel do Consea em relação à implementação do Sistema, e a criação de uma rede de pesquisadores de Segurança Alimentar; vii) A Comissão considera importante analisar melhor o funcionamento das Instâncias do Conselho à luz da perspectiva de eixos estratégicos; viii) Clarear como dar tratamento às Exposições de Motivos e às respostas que vêm ou não vêm do Governo; ix) Que as Plenárias reservem um momento político. 2) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada – Irio Conti apresentou a análise dos trabalhos realizados na IV Conferência, iniciando pelos pontos positivos: i) O evento estimulou o debate público e possibilitou melhor expansão e visibilidade do tema da Segurança Alimentar e do Direito Humano à Alimentação na sociedade e nos espaços de Governo; ii) Aqueceu e motivou, nos municípios e Estados, a criação e implantação do Sistema de SAN; iii) Despertou novas lideranças e parcerias em torno das questões voltadas para SAN; iv) Ajudou a questionar a sustentabilidade dos modelos de produção, abastecimento e consumo alimentar; v) Contribuiu para questionar e conceber programas de SAN; vi) Deu maior visibilidade aos povos e comunidades tradicionais; vi) Propiciou trocas, partilhas e aprendizados e trouxe maior responsabilidade para dentro do Estado Brasileiro, no sentido de se co-responsabilizar com iniciativas sobre a questão de SAN em outros países; vii) Contribuiu para a construção e consolidação de elementos que constituem os Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; viii) Foi um espaço de informação e inclusão do tema do direito humano à alimentação, sobretudo, no sentido da ampliação do tema na sociedade e Estado; ix) A construção do processo metodológico foi informativo; x) Possibilitou a construção de diálogos intersetoriais e articulações entre diversas áreas; xi) O vídeo institucional; xii) A inclusão do tema da Conferência nas propagandas institucionais do Governo; xiii) A Conferência ajudou a evidenciar um conjunto de fragilidades, sobretudo, dos Conseas Estaduais na preparação e realização das Conferências; xiv) O processo das conferências territoriais, regionais e municipais foi importante e trouxe o desafio de qualificar a clareza da conformação jurídica do que são os territórios e regiões; xv) Os encontros temáticos foram considerados como aspectos importantes da Conferência, contudo, foi levantada a necessidade de diversificar os painelistas, nas próximas Conferências, para possibilitar a diversidade do Consea. O Conselheiro mencionou a dificuldade que alguns delegados governamentais tiveram para abrirem-se para diálogos críticos sobre políticas governamentais; xvi) O empenho das Comissões e Subcomissões, que se empenharam bastante para a realização do evento. O Conselheiro fez um reconhecimento público a toda equipe que trabalhou, em especial à Secretaria Executiva do Consea; xvii) Desempenho e maturidade do Consea da Bahia, que exerceu um papel importante, inclusive mediando conflitos; xviii) O trabalho sincronizado entre Consea e CAISAN; xix) O Governo da Bahia bastante proativo em todo o processo. Contudo, foi lamentável a ausência da Presidenta Dilma na Conferência; xx) A metodologia, que possibilitou um painel de fundo e contribuiu para que diferentes delegados pudessem se ater mais a temas e eixos específicos; xxi) Aprovação do Regulamento; xxii) A atenção que as moções receberam. Contudo, o Conselheiro questionou sobre os encaminhamentos

necessários que devem ser dados a elas; xxiii) Os momentos celebrativos vividos durante a Conferência; xxiv) As atividades integradoras, tidas como espaço de formação e desdobramentos de encaminhamentos políticos; xxv) O Manual Orientador e o Documento Referencial, que cumpriram seus papéis no desdobramento da metodologia; xxvi) A Declaração Política pelo Direito Humano, Alimentação Adequada e Saudável, considerada objetiva, e conseguiu reunir os pontos principais e balizou os referenciais básicos para continuidade dos trabalhos; xxvii) As Deliberações foram relevantes e orientadoras para a implantação do SISAN. Como desafios, a CP4 destacou: i) Quebrar ou extrapolar as barreiras impostas pela grande mídia sobre o tema de SAN e do Direito Humano à Alimentação; ii) Fortalecer os Conseas Estaduais e Municipais e as organizações e movimentos da sociedade civil; iii) Clarear a conformação jurídica e legal das Conferências Territoriais e Regionais; iv) Ter critérios claros para a definição do número de Conselheiros de Conseas Estaduais; v) Manter vivas as deliberações sobre o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional; vi) Conjuguar melhor os prazos dos editais para as próximas Conferências. O Conselheiro apresentou a avaliação da gestão do Consea, feita pela CP4, que estabeleceu como pontos positivos: i) Houve um grande número de Conselheiros dedicados e atuantes, contudo, também teve um número menor de Conselheiros que tiveram atividades e presença um tanto vulneráveis e instáveis no Conselho, o que merece, segundo a Comissão, uma avaliação em suas entidades, visando o aumento no número de Conselheiros ativos e proativos; ii) A criação e composição da Mesa Diretiva, que trouxe qualidade e agilidade à organização e atuação do Consea; iii) A ampliação das relações nacionais e internacionais; iv) A composição e atuação das Comissões, que trouxeram qualidade e contribuição importante, sobretudo, no olhar às diversidades. Em seguida, o Conselheiro relatou uma avaliação da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada, concluindo que: i) É importante que em alguns momentos haja a participação de representantes de organizações, pessoas ou grupos que sofrem violações ou têm questões diretamente voltadas ao tema; ii) A proposição, participação e mobilização em torno da Campanha da Emenda Constitucional 64; iii) A interação entre a Comissão de Direito Humano e Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais; iv) A elaboração da metodologia de análise de políticas públicas de Segurança Alimentar na ótica dos direitos humanos. Sugestões de aperfeiçoamento: i) Dar continuidade à campanha pela efetivação do direito humano à alimentação, inclusive com material informativo e formativo; ii) Contribuir na elaboração de instrumentos de monitoramento do Plano Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional; iii) Intensificar o diálogo como os Conseas Estaduais; iv) Possibilitar que o Consea seja mais explicitamente um espaço de consertação, inclusive de controvérsias. Sugestões de temas prioritários: i) Dar ênfase à discussão sobre reforma agrária, território, regularização fundiária; ii) Monitorar as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional; iii) Trazer para dentro do Consea de forma mais explícita e mais forte o tema do acesso à água; iv) Trazer também para o Consea o tema da Segurança Alimentar no Contexto Urbano; v) Estabelecer mecanismos de monitoramento permanente das Exposições de Motivos; vi) Rever a metodologia das Plenárias, no sentido de torná-las mais interativas e estimuladoras nos debates em Plenária; viii) Organizar as agendas das Plenárias com temas que estão além ou pouco presentes nas agendas de Governo. Renato Maluf esclareceu que a Mesa Diretiva já estabeleceu alguns encaminhamentos que devem ser dados para à IV Conferência, dentre eles, uma publicação sobre o evento, e destinação das moções aos setores específicos aos quais elas se referem. Disse que os produtos da Conferência serão encaminhados ao Governo Federal e Governos Estaduais. 3) Comissão Permanente 5 -

SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - Ana Lúcia Pereira começou sua apresentação pelo relato da IV Conferência, considerando que aquele evento possibilitou a mobilização da sociedade civil e a divulgação do Sistema Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional. Um ponto que a Conselheira considerou negativo foi a dificuldade em relação às cotas para os povos e comunidades tradicionais e população negra, pois alguns representantes dos povos de terreiro ou quilombolas não participavam efetivamente das entidades das quais estavam ali representando. Considerou problemática a metodologia que as Conferências Estaduais utilizaram para eleger seus delegados, escolhendo estes ao final do evento, quando as pessoas estavam cansadas ou ausentes. A Conselheira sugeriu se pensar melhor a respeito da eleição dos Delegados, para que estes sejam mais qualificados. Entendeu de extrema importância a realização do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais, que aconteceu em Guarapari, no Espírito Santo, e o Encontro Nacional de Desenvolvimento Urbano, realizado em Brasília. Quanto à realização da IV Conferência, a CP5 observou que em alguns momentos houve confusão sobre o papel efetivo da Comissão Organizadora e do Grupo Executivo, pois em alguns momentos estes não foram acionados para resolver problemas ocorridos. A Conselheira agradeceu à Conselheira Gleyse Maria Couto Peiter, que foi bem atuante na mediação de conflitos. A Comissão também apresentou sua frustração pela ausência da Presidenta Dilma, o que considerou como sendo uma ruptura com o Consea, e sugeriu que esse assunto deva ser melhor tratado neste Conselho. Reconheceu que houve um avanço do Consea na questão da participação dos povos de terreiro. Disse também que a IV Conferência serviu para pautar os Governos Municipais e Estaduais e os movimentos e organizações da sociedade civil, que atuam na ponta, sobre o Sistema de SAN. Informou que a CP5 realizou uma atividade integradora sobre alimentação, saúde e qualidade de vida dos escolares quilombolas, com a presença de 25 pessoas, quando foi possível verificar a realidade da implementação do PNAE. Assim, a Conselheira propôs a realização de outras atividades como essa. Quanto à avaliação do Consea, do ponto de vista operacional, a CP5 considerou muito boa, principalmente no que tange à questão da comunicação. Sob o aspecto político, destacou como importantes na gestão atual a aprovação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Emenda Constitucional 64, que inclui a alimentação no artigo 6º na Constituição Brasileira. Reconheceu que o Consea lida com algumas agendas críticas, contudo, disse que é preciso melhorar sua representação nos diversos eventos dos quais participa. Observou que é necessário conferir maior transparência ao Conselho, revendo a dinâmica das Plenárias e os resultados das Exposições de Motivos. A Conselheira criticou o fato de as reuniões das Comissões Permanentes acontecerem em um único período, dificultando a participação dos Conselheiros em mais de uma Comissão. A sugestão é que as Comissões tenham um dia todo de reuniões e uma forma melhor de apresentar seus trabalhos nas Plenárias. A CP5 também avaliou seus próprios trabalhos, e entende que é preciso reorganizar sua pauta, aprimorar suas representações e rever a participação, principalmente, dos povos e comunidades tradicionais. Como temas estratégicos de trabalho, a CP5 quer manter terra, território e direitos patrimoniais, com destaque para a regulação fundiária; e introduzir os temas da Segurança Alimentar e Nutricional para os povos e comunidades tradicionais, saúde da população negra, alimentação escolar e o desenvolvimento urbano como questões transversais em todas as Comissões, dando ênfase as pesquisas de diagnósticos sobre comunidades quilombolas, povos e comunidades de terreiros. 4) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Antonio Ricardo Domingos da Costa,

analisou a IV Conferência e considerou que foi um trabalho muito bem realizado em relação às propostas ali aprovadas. Disse que se sentiu contemplado nas falas anteriores com relação aos pontos negativos. Quanto à preparação dos Delegados Indígenas, disse ter tido um ganho muito grande em relação a outros segmentos, inclusive com suas observações e proposições do Documento Base, que foram aceitas pela Plenária. O Conselheiro abordou a discriminação sofrida pelos indígenas no restaurante do hotel. Também fez um elogio ao trabalho da Secretaria Executiva do Consea. Também considerou como ponto negativo da Conferência a ausência da Presidenta Dilma. Quanto à atuação do Consea, a CP6 considerou fundamental nos últimos dois anos, inclusive com a participação efetiva e visibilidade dos povos indígenas. Parabenizou a Secretaria Executiva e a Presidência do Consea por ter dado mais visibilidade aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Disse que a Plenária foi muito justa e coerente com a participação e propostas dos povos indígenas. O Conselheiro disse, e foi apoiado pelos presentes, em forma de aplauso, que o Consea tinha um pai e agora está à procura de uma mãe. E falou da necessidade de a Presidenta Dilma priorizar as ações do Consea, se realmente ela quiser erradicar a miséria no Brasil, inclusive dando respostas às Exposições de Motivos deste Conselho. Dourado Tapeba pediu à Secretária Maya Takagi, e apoio da Plenária, que solicite à Ministra Tereza Campello que intermedie a realização de uma reunião entre movimentos indígenas e a Presidenta Dilma, para discutir questões atinentes a eles, como o assassinato de índios no Mato Grosso do Sul. Renato Maluf agradeceu às palavras do Conselheiro em relação aos elogios direcionados à sua pessoa. Em seguida, Daniela Sanches Frozi, coordenadora do Grupo de Trabalho que acompanha a situação dos povos Guarani kaiowá, na região do Conesul, no Mato Grosso do Sul, informou que existem vários documentos, teses e pesquisas demonstrando uma situação de quase extermínio daquela população. Disse que o vídeo que será mostrado em seguida é um apelo à Plenária do Consea e ao Governo de uma forma geral, e Itamaraty que possa intervir nas questões de fronteira. Disse que existe ali uma situação grave de insegurança gerada de uma forma sistêmica por um processo de avanço do agronegócio. O vídeo foi exibido, mostrando a situação vivida pelos Guaranis kaiowá no Conesul. Em seguida, foi feito um minuto de silêncio em razão do falecimento de Egídio Brunetto, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina Internacional, em 28 de novembro de 2011; e do assassinato do cacique Guarani-Kaiowá, Anísio Gomes. Renato Maluf agradeceu ao GT pelo trabalho feito. E informou que dia 08/12/2011 haveria uma audiência dele, com a Ministra Tereza e a Secretária Maya, oportunidade em que seria reafirmada a importância dessa questão, e a solicitação de Dourado sobre a Presidenta Dilma receber os indígenas. 4) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional - Marília Mendonça Leão começou sua explanação sobre a avaliação do Consea, reconhecendo o quanto o Conselho avançou e consolidou seu espaço de participação social, de discussão e debates de temas estratégicos para o desenvolvimento econômico, social e humano do País. Disse que o campo defendido pela Comissão incide muito no que as CPs entendem como fundamental para o desenvolvimento humano da sociedade brasileira. Reconheceu que o Consea contribuiu no diálogo com o Governo na construção de instrumentos institucionais importantes, como a Emenda Constitucional 64, e todos os instrumentos que se seguiram. O desafio agora é acompanhar e monitorar os documentos aqui aprovados para que se transformem em realidade. Segundo a CP1+3, O Consea é um espaço de consolidação, contradições e de construção do diálogo social, onde se debate, formula e se propõe

políticas públicas. Outro ponto importante é que textualmente os marcos regulatórios estão orientados pelo princípio do direito humano à alimentação adequada e pelo princípio da soberania e segurança alimentar. Ao mesmo tempo em que a Comissão detectou conquistas, observou-se como ponto negativo que a partir do Governo Dilma houve um esvaziamento da participação governamental no Consea. A Conselheira considerou delicada a relação do Consea com a Presidência da República. E o não comparecimento da Presidenta Dilma na IV Conferência foi uma perda maior para o Governo do que para a sociedade civil. Inclusive foi considerado mais grave não a ausência da Presidenta na Conferência, mas sim a participação dela, no mesmo período, em outros eventos ligados ao agronegócio. Com esse ato, entendeu como falta de priorização dos trabalhos do Consea. A CP considerou importante a realização de uma audiência do Consea com a Presidenta Dilma. Pois é necessário saber da Presidenta o que ela realmente pensa sobre o Consea e sobre a participação social. A Conselheira considerou importante a participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, no encerramento da Conferência. Contudo, não é aceitável que a agenda da participação social passe burocraticamente como uma agenda da Secretaria Geral da Presidência da República. A Conselheira questionou se o Governo já se sente com missão cumprida e por isso há o esvaziamento de sua participação no Consea. Outra discussão a ser feita é como o Consea deve incidir com as mudanças de Governo, de programas e políticas não fundamentais no Governo. Disse que a pauta do Consea trata basicamente de desenvolvimento social e humano e de combate à pobreza. Por isso tem que ter uma intercessão entre a pauta do Conselho e os programas de Governo que tratam da área social. Quanto à Política, ao Plano e ao Sistema, há a reocupação de que a continuidade desse processo não se dê apenas nas esferas das burocracias dos órgãos públicos. Inclusive, é muito importante que o processo de adesão dos Estados e Municípios seja acompanhado de um processo de politização dos atores locais, tanto Governo como Sociedade Civil. Para isso, a Conselheira salientou a importância do fortalecimento dos Conseas Estaduais e Municipais, e também o avanço na comunicação entre Consea Nacional e Conseas Estaduais. Em relação à dinâmica de funcionamento do Conselho, foram feitos elogios à Secretária Executiva do Consea. O formato de dois para a realização da reunião é bom e deve continuar. Contudo a Plenária precisa ser repensada em termos de temas. É preciso ter mais tempo para as Comissões Permanentes. Sobre a quantidade de Comissões do Consea, a Conselheira não apresentou nenhuma proposta, contudo reconheceu que há disputas por Comissões e Grupos de Trabalho. Disse, no entanto, que é consenso que as CPs precisam ter temas comuns e melhorar a comunicação entre si. Em relação à Mesa Diretiva, foi considerado um feito importante, pois ela desconcentrou o poder da presidência e auxiliou o presidente. Mas se fez críticas dizendo que a Mesa Diretiva não é tão transparente e nem tão comunicativa como deveria ser, e às vezes toma decisões que talvez pudessem ser feitas em Plenário. A sugestão é que a Mesa Diretiva deve continuar, mas também buscar uma regulamentação do seu funcionamento e com renovação de seus membros, para dar mais oportunidade a outros Conselheiros de participarem e ajudarem a tomar as decisões que ela toma. Ou seja, isso implica também na mudança da dinâmica das Comissões. Quanto à Comissão dos Presidentes, a Conselheira disse que é preciso ter uma identidade mais bem definida em relação às outras CPs, e também melhorar sua relação com a Plenária no sentido de ver como essa agenda vai para Estados e Municípios, na relação Consea Nacional e Conseas Estaduais. Um ponto positivo apresentado pela Conselheira é a possibilidade de se ter no Consea uma relação horizontal entre Conselheiros e movimentos sociais aqui representados e

gestores governamentais e Ministros. A Conselheira disse que é preciso reconhecer, tanto pela Secretaria Executiva quanto pela Comunicação do Consea, que esse deve ser um espaço predominantemente da sociedade civil. Sobre a Comissão de Transição da Composição do Consea, a CP acha importante tentar reconquistar representantes de movimentos sociais. Disse que o debate sobre a Transição está começando tarde, e colocou que algumas articulações que existem aqui representadas poderiam ter puxado essa discussão, contudo foram mencionadas as dificuldades vividas por tais organizações. A CP recomendou que a Comissão de Transição seja o mais transparente possível, e apresente o debate na Plenária. Quanto à avaliação da IV Conferência, a Conselheira considerou o resultado final do evento positivo e emblemático. Outro ponto positivo foi visibilidade dada a alguns segmentos e povos que estiveram no evento. Reconheceu-se que a Conferência teve problemas na organização, mas que a Secretaria Executiva e as pessoas que trabalharam merecem nota 100 pelo que conseguiram fazer. Foi observado a necessidade de em uma próxima Conferência dessa grandeza ser organizada com muita antecedência. A programação foi boa e as Sub-plenárias funcionaram bem. Quanto às Moções, a Conselheira propôs um rastreamento do que é realmente se define como moção. A Conselheira fez crítica à ausência de Conselheiros no momento da votação do Regimento da Conferência. Sobre a avaliação da CP1+3, observou-se que a Comissão assumiu pautas difíceis e que repercutiram muito na questão da institucionalidade. Embora nos últimos tempos tenha tido uma participação mais reduzida na CP, os membros que ficaram trabalhou muito e fez o que era possível dentro do limite disponível. A Conselheira sugeriu que para a organização das Comissões para os próximos anos, que nós tenham pautas conjuntas, para tentar fazer uma incidência mais forte e mais participativa.

5) Grupo de Trabalho Abastecimento - Carlos Eduardo Leite, informou que na reunião do GT foi discutido o PL Abastecimento, o PL do PAA e o Projeto Nutri. Sobre o PL Abastecimento, disse que este vem sendo tratado com o Governo desde 2005, e agora está em tramitação no Congresso Nacional. A tramitação está sendo acompanhado pelo Deputado Nazareno Fonteles (PT-PI). No Senado Federal, está sendo negociado um projeto do Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) no sentido de se fazer um Substitutivo que será apresentado como projeto do Governo. O processo tem avançado. A expectativa é que a Ministra Tereza Campello encaminhe uma Exposição de Motivos à Presidência da República solicitando que a proposta seja encaminhada aos Ministérios e seja adiante no Congresso Nacional. O GT propôs que a CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional se articule no sentido de incorporar ao PL Abastecimento o projeto do Deputado Federal Silas Brasileiro PMDB/MG, que tem como relator o Deputado Padre João (PT/MG), que trata dos Ceasas e hortigranjeiros. Sobre o PL do PAA, informou que o MDS esteve presente na reunião do GT, e que o Consea já vinha discutindo junto à CESAN o acompanhamento do PL, e algumas sugestões de alteração ao PL foram feitas. Disse que já houve negociações no Congresso Nacional, e que o Governo fez acordo para incorporar o PL do PAA ao Projeto de Lei do Brasil Sem Miséria. A expectativa era o Consea ter um Projeto de Lei mais forte e mais coeso, contudo, o que aconteceu foi uma fragmentação PAA. Segundo o Conselheiro, o Consea perdeu a oportunidade de ter uma lei mais coesa e mais representativa da evolução desse programa. E agora o Consea não tem a real dimensão do que ficou em quê com a fragmentação do PAA. Informou que a reunião do GT encaminhou que a CESAN elabore uma proposta de Decreto de Regulamentação. A expectativa é que as questões atinentes a isso se resolva até janeiro de 2012, quando deve haver uma reunião do GT Abastecimento, para tratar o tema. O Conselheiro

informou que foi feita no GT uma exposição sobre o Projeto NUTRI, mostrando como a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER se articula com a questão das compras da Alimentação Escolar. Em uma próxima reunião, o GT pretende aprofundar mais os resultados desse projeto e avaliar como que esse Projeto se adéqua mais às ações do PAA e PNAE. O Conselheiro também fez uma colocação sobre a Articulação Semiárido, e ressaltou o papel que o Consea teve em aprofundar o tema do acesso à água e da convivência com o semiárido. Informou que estão sendo avaliados os convênios com a ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro, e que esta também está passando por auditorias e prestações de contas. Informou também que a ASA está em negociação com MDS, com uma proposta de 40 milhões para a Primeira Água e 80 milhões para a Segunda Água, mas existe muita incerteza e muita insegurança da continuidade dessa parceria. O Conselheiro apelou ao Consea, que se posicione junto à Ministra Tereza Campello no sentido de dar continuidade a esses convênios, pois eles representam a consolidação de uma política. Apelou ao presidente do Consea, Renato Maluf, que durante a reunião quer fará com a Ministra, coloque um apelo de renovação dessa parceria. A representação boliviana se retirou da reunião, para cumprir outras agendas de trabalho. 6) Comissão de Presidentes Nacionais - Marc Arthur Loureiro Storck- Presidente do CONSEA/AM, avaliou que a IV Conferência foi extremamente positiva, destacando as Atividades Integradoras, conteúdo debatido ali, o processo de adesão ao SISAN e a presença da maioria dos Estados. Considerou positivas a logística de funcionamento do evento, a exemplo do processo de ressarcimento de gastos com viagens. O Conselheiro propôs para as próximas Conferências montagem de estandes de representações internacionais e de empresas e órgãos públicos de grande destaque em pesquisa e desenvolvimento da área de segurança alimentar e nutricional como a Embrapa. Sugeriu que para a IV Conferência Mais Dois dedique um espaço de debate sobre os biomas brasileiros. Um ponto positivo considerado pelo Conselheiro foi a presença de articuladores. Sugeriu que para as próximas Conferências, o jantar seja servido nos hotéis, e sejam inclusos alimentos orgânicos às refeições. Sobre a Comissão dos Presidentes de Conseas Estaduais, o Conselheiro informou que será realizada uma eleição na primeira reunião da Comissão de Presidente, em 2012. O Conselheiro fez um histórico dos trabalhos da Comissão, e identificou a necessidade de um planejamento estratégico para o próximo ano, seguindo uma lógica oriunda das reuniões dos Conseas Estaduais. Destacou que as reuniões das Comissões de Presidente foram prejudicadas pela simultaneidade de reuniões das Comissões Permanentes. Outra situação a ser resolvida em 2012, segundo o Conselheiro, é a coordenação da Comissão, que neste mandato nem todos os membros estavam em atividade plena, o que ocasionou uma sobrecarga a um único membro, que no caso, neste ano foi Pedro Kitoko. O Conselheiro Marc disse ser satisfatória a relação com a Secretaria Executiva do Consea. Ele propôs um levantamento da participação efetiva nas reuniões dos Presidentes Estaduais, separando em três blocos: participação ativa; os que mandam representantes; os sistematicamente ausentes. Sugeriu monitoramento das políticas de SAN nos Estados, com foco nos Estados brasileiros. O Conselheiro sugeriu alguns itens para próximas discussões: agrotóxicos e reforma agrária. Agradeceu o empenho da Comissão Organizadora e a toda equipe, que foi extraordinária para a boa realização da Conferência. 7) Grupo de Trabalho de Gênero de SAN – Célia fez leitura da Carta Política do Seminário Mulheres Construindo a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional - Atividade integradora da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Salvador/BA. 8) GT de Segurança Alimentar no Contexto Urbano - Edno Honorato de Brito informou que o GT, criado na Plenária passada, já

vem trabalhando, inclusive realizou o Encontro Nacional de Segurança Alimentar no Contexto da Política do Desenvolvimento Urbano, em agosto deste ano, em Brasília, a partir do qual foi elaborada a Revista SAN e Cidades. Destacou que os resultados do Encontro compuseram o Caderno de Encontros, para a IV Conferência. O Conselheiro destacou algumas ações que dialogam com a temática proposta pelo GT: convênios do Programa Minha Casa Minha Vida, assinado entre MDS e Caixa Econômica Federal; fortalecimento da agricultura urbana dentro do MDS; Política Nacional de Agricultura Urbana, e outras movimentações em nível nacional, como debates em torno das cidades periurbanas e revisão dos Estatutos das Cidades. Destacou também a importância do Fórum Nacional de Reforma Urbanizada, e das Organizações da Amazônia no tema da Segurança Alimentar no Contexto Urbano. Em seguida foram feitos 11h – Debate e Encaminhamentos: A Plenária se manifestou com observações e proposições quanto ao ponto de pauta apresentado. Maya Takagi fez uso da palavra e informou que a CAISAN fez uma reunião de avaliação crítica da IV Conferência, e que o Governo está se comprometendo com as políticas de SAN. Informou que o encaminhamento dos resultados da Conferência foi no sentido de acolhimento das propostas, no sentido de planejamento e execução das políticas públicas, fortalecendo o Consea como um espaço intersetorial de formulação e monitoramento da avaliação das políticas, dialogando com o Governo e Sociedade Civil. Reconheceu os problemas ocorridos na Conferência, e propôs para a próxima Conferência lançar o edital com pelo menos dois anos de antecedência. Disse que a CAISAN avaliou a importância de pautar a ausência da Presidenta na Conferência, e fazer a entrega dos resultados a ela, e também trabalhar a questão da posse do novo Consea. Segundo a Secretária, o desafio agora é dar encaminhamento no âmbito da CAISAN das Exposições de Motivos, e pautar na CAISAN as questões intersetoriais. Parabenizou o Consea e a Secretaria Executiva pelos trabalhos desempenhados. Em relação à ASA, esclareceu que não foi bem uma auditoria que aconteceu, mas sim uma aprovação das prestações de contas anteriores. Reafirmou o compromisso do MDS em fortalecer e valorizar a parceria com a ASA. Os trabalhos sobre o Balanço da 4ª Conferência e da Atuação do Consea em 2011 foram suspensos, e retomados após o almoço. No começo da tarde, antes da continuidade dos trabalhos, foi feita uma bela homenagem aos integrantes da Secretaria Executiva do Consea e aos membros da CAISAN pelos relevantes trabalhos prestados, presenteando-os com artigos típicos dos Estados, e poesias. Um agradecimento especial foi dado a Gleyse Peiter e Maria Emilia. Foram homenageados também os tantos componentes empenhados na realização da IV Conferência. Os homenageados agradeceram ao Conselho pelas palavras proferidas. Assim, dando continuidade aos trabalhos, Renato Maluf abriu a palavra para manifestações sobre Balanço da 4ª Conferência e da Atuação do Consea, a começar por ele mesmo, considerando que o Consea, na sua capacidade de formulação, ficou mais maduro e passou a ter critérios mais claros ao longo dos anos. Renato reconheceu que algumas coisas se tornaram mais difíceis no Consea, a exemplo da relação entre Governo e Sociedade Civil. Contudo, desse ter esperanças em acontecimentos positivos. As dificuldades têm aparecido, sobretudo, na relação com a Presidência da República, como o fato de o Consea não ter sido recebido pela Presidenta da República, e esta não ter comparecido à IV Conferência, além do fato de o Consea estar se renovando sem saber o que a Presidenta pensa a respeito deste Conselho. Renato lembrou as qualidades e defeitos do ex-presidente Lula, que enquanto Presidente recebia o Consea, e este sabia como se direcionar. O que não acontece agora com a Presidenta. O Presidente do Consea esclareceu que não está fazendo um julgamento das ações de Governo, mas sim uma análise da relação com a sociedade.

Renato lembrou as dificuldades vividas pelo Conselho no seu início, e suas pretensões, e disse que já que este Conselho quer ser intersetorial, então que viva a intersetorialidade como tal. Para ele, um dos principais desafios da próxima gestão do Consea é estabelecer procedimentos mais transparente e mais democráticos para fazer sua composição. Sobre a dinâmica do Conselho, Renato concorda que há muita coisa para aperfeiçoar, contudo, entende que é necessário compatibilizar os desejos com a realidade. Ele entende a dificuldade de tempo para realização de todas as atividades pretendidas pelos membros do Conselho. Concordou que a Mesa Diretiva ajudou muito nos trabalhos, mas não percebeu onde ela tirou o papel da Plenária. Entende também que a Plenária não é o momento principal das discussões, embora seja um momento muito importante, mas sim um momento para deliberações. Considerou que talvez seja melhor explorar mais outras formas de promover discussões, como mesas de controvérsias, seminários. Continuaram as contribuições da Plenária. Em seguida foram feitos os Encaminhamentos aprovados pela Plenária: 1) Em audiência com a Ministra Tereza Campello, Renato Maluf tratará sobre o tema da ASA; sobre a demanda da representação indígena quanto ao ocorrido em Mato Grosso do Sul e sobre a solicitação para que a Presidenta da República os receba para um diálogo. E solicitará, junto à Ministra Tereza, uma audiência do Consea com a Presidenta da República. 2) O Consea, através de seu presidente, se manifestará formalmente sobre a estranheza da ausência da Presidenta na IV Conferência e seu distanciamento do Consea, e ainda sobre o esvaziamento governamental no Consea neste ano de 2011. 3) Os Conselheiros e o presidente Renato Maluf se manifestarão, por escrito, sobre a atuação do Consea e sobre a IV Conferência. 4) Será feita uma publicação das memórias dos trabalhos do Consea nos últimos quatro anos. 5) As próximas Conferências devem anteceder os debates sobre o Plano Nacional de SAN. Sobre a empresa de eventos, que desistiu de executar o contrato na IV Conferência, Michele Lessa, Coordenadora do Consea Nacional, informou que o MDS já pediu relatório dos acontecimentos durante o evento, e o assunto está sendo tratado no setor de contratos do Ministério, que vai tirar o cadastro da empresa no SICAF, e ela ficará cinco anos sem poder contratar com o Governo Federal. A Conselheira Elza Maria Franco Braga sugeriu à CAISAN também fazer uma auto-avaliação; e o Consea Nacional se apropriar mais detidamente do Plano Nacional de SAN. Maya Takagi acolheu a sugestão, enquanto CAISAN, de fazer um relato, por escrito, das atividades da Câmara; e apresentou algumas demandas executadas no ano de 2011. Reafirmou o compromisso da CAISAN com o Consea. Em seguida, foi tratado o item de pauta 4. Apresentação do novo texto da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – Patrícia Jaime – Ministério da Saúde – 14h, que apresentou os trabalhos do PNAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, política integradora do Sistema Único de Saúde. O Ministério da Saúde teve todo o empenho de chegar à IV Conferência com a PNAN pactuada na tripartite do SUS, contudo lamentou a ausência do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, naquele evento e a Portaria da PNAN não ser assinada naquela ocasião. A palestrante informou que quando a PNAN completou 10 anos de atuação, fez-se necessário a revisão da mesma, que se deu pela mudança no cenário da saúde e nutrição da população brasileira, primeiro pelo processo de transição epidemiológica e nutricional e segundo, pela mudança institucional política do SUS e SISA. Foram feitos inquéritos nacionais, que permitiram avaliar a evolução das condições de saúde no Cenário Alimentar e Nutricional do Brasil e O cenário político e institucional. A revisão ocorreu em 2010, com ampla participação do controle social, por meio da CIAN - Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição, do Conselho Nacional de Saúde, e participação do Consea. Para que a revisão ocorresse, foram

realizados 26 Seminários Estaduais e um Seminário Nacional, que culminou no Relatório PNAN 10 anos. Com base nesse documento, foi feito um alinhamento às necessidades de saúde e nutrição da população brasileira, e às novas direções de gestão e ordenamento do Sistema Único de Saúde. A revisão foi pactuada e aprovada na Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite, em 27 de outubro de 2011, e publicada na Portaria Nº 2.715, de 17/11/11 - Publicada no DOU em 18/11/11. A proposta da PNAN é melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Na nova PNAN são reafirmados todos os princípios do SUS: 1) Alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; 2) Respeito à diversidade e à cultura alimentar; 3) Fortalecimento da autonomia dos indivíduos; 4) Determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição; 5) Segurança Alimentar e Nutricional com soberania. A PNAN se apresenta com as seguintes diretrizes: 1) Organização da Atenção Nutricional; 2) Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; 3) Vigilância Alimentar e Nutricional; 4) Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; 5) Participação e Controle Social; 6) Qualificação da Força de Trabalho; 7) Controle e Regulação dos Alimentos; 8) Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição; 9) Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional. Desafios apresentados: 1) No contexto do setor saúde: i) Inserção da agenda da PNAN em toda a Rede de Atenção do SUS; ii) Institucionalização e fortalecimento da Gestão em Alimentação e Nutrição em todas as esferas de gestão do SUS; iii) Garantia da operacionalização das diretrizes da PNAN por pactuação de financiamento tripartite; iv) Qualificação da Força de Trabalho. 2) No contexto intersetorial: i) Ampliar diálogo, pactuação e integração entre os diferentes setores governamentais e da sociedade em torno do processo de implementação da PNAN; ii) Consolidar a PNAN como política articuladora do setor saúde no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Renato Maluf parabenizou o Ministério da Saúde pela atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. O Conselheiro Marc Loureiro Storck mencionou a falta na Política do clampeamento tardio do cordão umbilical. Fez crítica ao leite de vaca, considerando que esse alimento não é tão maravilhoso como propagam. Ao que Patrícia Jaime informou que já está sendo construída a Rede Cegonha, e entre esta e os municípios e maternidades brasileiros estão sendo pactuados diversos procedimentos, dentre eles, a utilização da prática do clampeamento tardio. Disse também que um dos desdobramentos da Política, é a revisão do Guia Alimentar da População Brasileira, que deve refletir não só as necessidades da saúde, mas a intenção é que ele seja um instrumento de articulação intersetorial, onde será contemplada a questão do leite. Em seguida, o item 5. Pronunciamento do Conselheiro Malaquias Batista Filho – 14h30, apresentou duas propostas de moções: 1) Moção para estabelecer prazos para o Governo Brasileiro controlar as anemias causadas por carências nutricionais, no Brasil. 2) Moção para indicação do ex-presidente Lula como Presidente de Honra do Consea. Encaminhamentos aprovados pela Plenária: 1) Em vez de moção, elaborar uma Exposição de Motivos, a ser encaminhada à Presidência da República, com proposta para que o Governo Federal assumira como meta o controle, em três anos, a anemia por carência de ferro e deficiência de Vitamina A. 2) Homenagem ao ex-presidente Lula, como Presidente de Honra do Consea, que deve ser apresentado a ele na próxima reunião do Conselho. O professor Maquias foi aplaudido de pé pelas suas proposições e trabalhos realizados no Consea. Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf, Cláudia Maciel

– Ministério das Relações Exteriores, Roberto Ricardo Vizontin – Ministério do Meio Ambiente, Márcia Muchagata – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e Aloísio Melo – Ministério da Fazenda. Na sequência, foi tratado o tema 6. Rio + 20 – 14h45, 1) 14h45 – Cláudia Maciel – Ministério das Relações Exteriores, começou sua fala esclarecendo que a Conferência Rio+20 é uma Conferência das Nações Unidas, que ocorrerá no Brasil, nos dias 13 a 22 de junho de 2012. O evento tratará do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Esse conceito de desenvolvimento sustentável foi adotado na Rio 92, mas agora o desafio é conscientizar todos de que o meio ambiente tem que ser incorporado ao próprio conceito de desenvolvimento e expandir a teoria de que a conservação do meio ambiente é fundamental para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento. A partir dessa ideia e do Decreto da Presidenta Dilma, foi montada uma Comissão Nacional composta de 30 Ministérios e mais de 40 representantes da Sociedade Civil de diferentes segmentos, para trabalhar em cima dos três pilares: econômico, social e ambiental. O Ministério da Fazenda trabalhará no processo de construção da posição brasileira sobre a questão econômica. O Ministério do Desenvolvimento Social se encarregou de fazer consultas públicas e articulação governamental nos temas relativos ao pilar social. O Ministério do Meio Ambiente está cuidando das questões relativas aos temas ambientais. Essa Conferência, segundo a palestrante, é uma Conferência daquelas que só ocorrem a cada 20 anos, quando se a oportunidade de dar um salto e mudar realmente o paradigma do entendimento mundial sobre temas relevantes para o mundo. A realização desse evento no Brasil se apresenta como um momento essencial para que o País possa se mostrar ao mundo de maneira muito mais positiva e propositiva em relação ao que pode ser um modelo de desenvolvimento alternativo aos modelos atuais. Segundo a Revista *Economist*, o Brasil é o novo modelo de desenvolvimento auto-sustentável do mundo. Com a realização desse evento, o Brasil terá a oportunidade de mostrar que a inclusão social é uma saída para as crises atuais. O processo de trabalho da Rio+20 é estabelecido pelas Nações Unidas. Portanto, não é pelo fato de acontecer no Brasil, que este poderá fazer dela o que quiser. Este é uma Conferência que envolve 193 países, e seu processo de decisão será por consenso. A palestrante informou que a posição brasileira foi tirada através de um longo e intenso processo de consulta popular, com a participação de várias organizações governamentais e sociedade civil. O Documento brasileiro que será apresentado na Conferência está disponível no *site* do Ministério do Meio Ambiente e no das Nações Unidas, e em breve em uma página própria da Conferência, que será lançado pelo Ministério das Relações Exteriores. A palestrante informou também que há a ideia de se fazer muitos eventos paralelos com a sociedade durante a realização da Conferência. Disse também que o tema da Segurança Alimentar e Nutricional é um dos temas-chave a ser tratado pelo Governo Brasileiro naquele evento. 2) 15h30 Aloísio Melo – Ministério da Fazenda, informou que o Ministério da Fazenda foi responsável pela abordagem econômica do desenvolvimento sustentável, e que foi elaborada a primeira versão do texto, por meio consulta às organizações sindicais e segmentos diversos da economia, e também a partir de consultas aos Ministérios. A visão geral do Ministério da Fazenda é que de fato a experiência do Brasil mostra que é possível conciliar uma estratégia de desenvolvimento, do ponto de vista econômico, com a inclusão social e com avanços nos aspectos ambientais. Todos sabem das dificuldades internas para avançar, contudo, internacionalmente o Brasil consegue mostrar bons números do ponto de vista de cumprimento das metas nas áreas protegidas e outros compromissos no âmbito da Convenção de Biodiversidade. Assim, o Brasil de fato tem experiência para mostrar nesse sentido, o que o habilita a colocar seus anseios como

parte de uma proposta de engajamento dos países para essa visão. O Brasil mostra que é possível dinamizar o mercado interno e fazer transferência de renda sem um agente alavancador de desenvolvimento. Um ponto colocado no Documento que vai para a Conferência é que os Estados tenham um papel determinante no desenvolvimento sustentável e contribuam com a política interna. O Documento elaborado pelo Brasil não trata de propostas de agenda doméstica, mas sim de propostas orientadoras que possam virar compromissos internacionais dos países. Também consta no Documento propostas de se criar objetivos de desenvolvimento sustentável.

3) 15h15 Márcia Muchagata – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, em complemento à fala o Aloísio Melo, informou que a Secretaria Executiva, da qual fazem parte Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, elaborou, em consulta com a sociedade, o Documento brasileiro, com a posição brasileira, que será levado para a comunidade internacional, do que o nosso País gostaria de ver negociado e acordado na Rio+20. O Documento brasileiro procura mostrar, a partir da experiência brasileira, que quer trabalhar com políticas de desenvolvimento econômico, superação da pobreza, políticas sociais e promoção da qualidade ambiental. Sua introdução fala fortemente em ter a incorporação definitiva da erradicação da pobreza como um elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável. Lista os desafios novos e emergentes, e as propostas que o Governo está levando para serem discutidas na Rio+20. Dos desafios novos e emergentes, os três primeiros são a erradicação da pobreza extrema, a segurança alimentar e nutricional e a equidade. Dos oito grupos de propostas que estão presentes no Documento, Márcia aconselhou aos presentes acompanhar o debate da primeira proposta de criação de um programa de proteção socioambiental global, cuja ideia é propor garantia de renda para superar a pobreza extrema em todo o mundo e promover ações estruturantes que garantam qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso à água limpa para todos; o segundo é a criação de objetivos do desenvolvimento sustentável, com a ideia de aperfeiçoar os Objetivos do Milênio; o terceiro é a criação de novas medidas de mensuração do desenvolvimento, com indicadores simples e comparáveis. O mais importante para o Brasil no processo de discussão da Rio+20 é aproveitar os debates para discutir o que queremos para a promoção do desenvolvimento sustentável e como que podemos aperfeiçoar as nossas políticas públicas para que elas incorporem realmente os elementos de desenvolvimento sustentável que nós queremos ver incorporados. Márcia, em nome do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Conselho entregou a Renato Maluf o resultado de um processo de consulta para preparar o Documento Brasileiro da Rio+20. Conselho elaborou uma proposta, que foi submetida oficialmente à Secretária Executiva. Por conta dessa proposta, outras reuniões serão realizadas, sendo a primeira no dia 18 de janeiro e a última dia 05 de junho de 2012, com a presença da Sociedade Civil, onde serão discutidos temas relacionados à Rio+20, dentre eles o Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde, a Política Energética e a Segurança Alimentar e Nutricional. As reuniões acontecerão no Palácio do Planalto, sempre com um representante da Sociedade Civil, uma pessoa do Governo ligada ao tema a ser tratado naquele dia e um acadêmico. A recomendação do Governo é discutir a Rio+20 em todas as Conferências, e ao final de cada Conferência se tirar um pequeno documento que constituirá um documento geral de todas as Conferências como contribuição para a Rio+20. No site que o MRE porá no ar terão notícias sobre os espaços de participação da Sociedade Civil, que serão proporcionados na Rio+20.

4) 15h – Roberto Ricardo Vizentin – Ministério do Meio Ambiente,

mencionou uma notícia, que saiu nos jornais, sobre um decrescimento da economia brasileira. Ao que questionou de qual crescimento o Brasil fala, se é de uma economia verde no contexto do combate à pobreza e crescimento da sustentabilidade ambiental ou se trata de um crescimento que reproduz o padrão de crescimento que caracteriza o quadro de impactos e crises do ponto de vista ambiental, social e climático, ou se trata de uma requalificação do processo de desenvolvimento. O debate da Rio+20 é para saber se realmente há condições de transição do modelo atual de desenvolvimento. O palestrante considera importante se pensar que tipo de papel o Consea pode ter nesse processo preparatório e nos vários espaços que acontecerão no contexto da Rio+20. É necessário resgatar a perspectiva de colocar no centro do debate o próprio conceito do que é essa Economia Mais Verde. O Brasil tem uma série de iniciativas, demonstradas em políticas e programas, que verdadeiramente pode apresentar como experiências, estratégias e trajetórias que procuram fazer uma síntese do ponto de vista do paradigma da sustentabilidade. Informou que a Presidenta Dilma anunciou uma política de transição agroecológica para o Brasil enfrentar todas as consequências do padrão hegemônico. Para o palestrante, o fundamental é ter uma inserção engajada, efetiva e combativa em todos os espaços. A Rio+20 será um processo aberto de disputa. Cláudia Maciel – Ministério das Relações Exteriores, complementou que além do desafio de conteúdo da Conferência, há também o desafio logístico de que o Brasil faça uma Conferência perfeita em termos de organização e participação da Sociedade Civil. Seguindo, 15h45 às 16h – Debate e Encaminhamentos: Renato Maluf reconheceu que poderia ter sido convidado o Fórum Global para participar desta Mesa. Lembrou que o tema tratado no Consea tem pelo menos dois objetivos: estimular os integrantes do Consea a se envolverem e contribuir para o debate, e também a pretensão de o Consea participar, como observador, da Comissão Nacional. Seguiu-se, então, a manifestação da Plenária, com questionamentos e sugestões. Encaminhamentos: O Documento brasileiro, que será tratado na Rio+20 já pronto. Agora cabe ao Consea se apropriar dos temas que serão ali tratados, e fazê-lo repercutir nos debates durante a Conferência, sobretudo, nos espaços de Sociedade Civil. Assim, será realizado um seminário, no próximo Consea de março de 2012, tendo como base o Documento brasileiro, e possíveis proposições e contribuições, que poderão ser dirigidas ao Governo Brasileiro e ao Fórum paralelo da Rio+20. A palavra foi devolvida aos painelistas: 1) Cláudia Maciel – Ministério das Relações Exteriores, informou que são quatro os representantes dos povos indígenas que compõem a Comissão Nacional: Marcos Terena (ITC), Romancil Gentil Cretã (Arpin/Sul), o Antonio Marcos de Oliveira Apurinã (COIAB) e o Manoel Uilton dos Santos (APOINME) (a lista completa conta no site do MMA). I. O Fórum Social Mundial vai ser um dos parceiros do Governo Brasileiro na organização dos eventos da Sociedade Civil, que vão ocorrer durante a Conferência. A palestrante fez uma explanação de como andam os trabalhos da Rio+20. 2) Aloísio Melo – Ministério da Fazenda, informou que um resultado de não crescimento durante um trimestre, para o Ministério da Fazenda, era algo esperado. A preocupação seria se não tivesse crescimento algum durante o ano. O que de fato acontece são regulagens entre as variáveis domésticas, o não ocorre fora do País. A interlocução deve ser sobre a condução dos rumos da política econômica e das grandes metas de desenvolvimento do País. Salientou que as condições de financiamento, taxas de juros e regulação do sistema bancário e regulação da atividade financeira são medidas técnicas sujeitas a avaliação de quem domina o assunto, e não deve se ter a expectativa de uma participação aberta, pois isso é pouco viável de se concretizar. 3) Márcia Muchagata – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, considerou

importante, para que a sociedade civil tenha voz no processo da Rio+20, que as pessoas e instituições da sociedade civil procurem criar espaços para discutir as questões que serão colocadas ali, e fazer com que os seus representantes, na Comissão Nacional, ocupem espaços na Rio+20. Disse que, por parte da Comissão organizadora da Conferência, existe realmente a vontade de que a posição que o Governo Brasileiro vai levar para a Rio+20 seja realmente representativo da sociedade brasileira. Informou que durante a Rio+20, haverá espaços para eventos paralelos da sociedade. Por isso, considerou importante a sociedade civil começar a pensar no que quer fazer naqueles eventos paralelos. 4) Roberto Ricardo Vizentin – Ministério do Meio Ambiente, informou que a Ministra Isabela Teixeira, do MMA, criou um fórum interno, com representações de servidores de carreira de todas as áreas do Ministério, para internalizar o acúmulo da Conferência. Informou, sobre a participação da sociedade, na realização do Fórum Social Mundial Temático, que ocorrerá em Porto Alegre. Disse que está sendo negociado com a FAO a realização de um chamamento dos países sul-americanos para tratar do tema da agroecologia, segurança alimentar e desenvolvimento rural e sustentável. Disse também ter sentido falta de uma avaliação do setor empresarial, no momento da avaliação do Consea, posto que o empresariado tem um papel importante na construção das novas referências que serão propostas na Rio+20. Considerou que as questões da economia, social ou ambiental, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, são entendidas numa interconectividade, numa visão sistêmica e numa visão de totalidade da realidade. Encaminhamentos: 1) O Consea usar seu assento na Comissão Nacional para fazer aparecer questões tratadas neste Conselho. O representante do Consea na Comissão será escolhido a posteriori; 2) O Consea se apropriará do Documento brasileiro da Rio+20 e de outras questões atinentes à Conferência, na reunião de março de 2012. 3) O Consea buscará parceiros internacionais para organizar um evento de segurança alimentar no Fórum Social Mundial, e conectar isso com a discussão da Rio+20. Composição da 3ª Mesa: Renato Maluf, Michele Lessa e Maya Takagy. Relato da Comissão de Transição do Mandato do Consea – 16h, Renato Maluf informou que a Comissão de Transição foi criada na Plenária do Consea, e foi objeto de uma Resolução, assinada por ele mesmo, como presidente do Consea. A Composição da Comissão é de 3 representantes do Governo: Ministra Tereza – MDS, Darci Bertoldo - Casa Civil e Silvino Heck - Secretaria Geral; 6 representantes da Sociedade Civil: Renato Maluf, Francisco Antonio da Fonseca Menezes, Betta Bazili, Elza Maria Franco Braga, Cazuzza e Ana Lúcia Pereira. Renato informou que a ideia era a Comissão de Transição apresentar uma proposta em até 45 dias após a IV Conferência. Contudo, a Comissão não conseguiu. Logo, será necessário prorrogar seu mandato. Também, por dificuldades de cumprimento da agenda da Comissão de Transição, por questões pessoais e profissionais, a Conselheira Ana Lúcia Pereira foi substituída pelo Conselheiro José Ribamar Araújo e Silva. Renato informou que a Comissão recebeu um mandato da Plenária para tomar decisões, ou seja, é ela que decide, e não a Plenária. Outra questão é que nem todos os membros que compõem a Comissão, obrigatoriamente terão que deixar o Consea, alguns poderão permanecer no Conselho. A primeira reunião, no dia 28 de novembro, serviu para os Conselheiros se apropriarem dos critérios da Comissão, que foram aprovados na IV Conferência; e analisar o perfil da composição do Consea, na perspectiva de sua renovação, sem perder preservação das experiências já adquiridas. Após a reunião e análise da Comissão de Transição, começou-se a fazer um agrupamento dos setores que poderão compor o Consea; analisando a participação ativa das entidades, para tentar extrair uma distribuição das vagas e fazer as consultas às entidades. Outra reunião aconteceu no dia

06/12/2011. Outra reunião já foi marcada para o dia 19/12/2011. Tem-se a expectativa de no dia 19 terminar a revisão e ter uma primeira distribuição de vagas de setores e entidades, para consultá-los. A última reunião da Comissão, para fechamento da composição, está marcada para o dia 18/01/2012. Terminada a composição, esta será encaminhada à Presidenta da República, para que ela avalie e nomeie os Conselheiros. Antes da nomeação, no entanto, haverá um procedimento de verificação dos nomes. Após esta verificação, sairá a nomeação. Saída a nomeação, a Ministra Tereza Campello convocará o novo Conselho. Na primeira reunião, todos os Conselheiros, do Governo e da Sociedade Civil, escolherão o(a) novo(a) presidente, dentre os membros da sociedade civil. Imagina-se, no entanto, que a próxima reunião do Consea, com nova composição, se realizará após o Carnaval de 2012. A Plenária deliberou pela recondução da atual composição do Conselho para até 15 de março de 2012, assim como o mandato da Comissão de Transição. Seguiram-se observações da Plenária. Renato Maluf recebeu elogios quanto aos seus trabalhos desempenhados no Consea. Uma sugestão feita foi a de que possa haver a indicação de alguns setores como observadores do Consea, podendo, depois, virem a se tornar membros efetivos. Outra proposta foi a de que o Ministério da Justiça componha o Consea, por conta da FUNAI. O Conselheiro José de Ribamar de Araújo e Silva entregou a Renato Maluf um CD, contendo todas as produções da CP5; e agradeceu a Ana Lúcia Pereira pelas suas contribuições ao Consea. Foi sugerido também que os Conselheiros tenham dois suplentes. Encaminhamentos finais: 1) Foi aprovada a Exposição de Motivos sobre Reforma Agrária, deliberada na Plenária de 14 de setembro. 2) Aprovação de Resolução, recomendando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que priorize a finalização dos processos de registros e publicação de especificações de referência de produtos fitosanitários, para a agricultura orgânica, a fim de permitir o registro e a autorização para a comercialização destes. Encerramento – 17h30, Renato Maluf, Presidente do Consea Nacional, encerrou a Sessão, agradecendo a presença, e desejando bom retorno e Boas Festas a todos.

Renato Maluf
Presidente do Consea

Tereza Campello
Secretária do Consea